

A Esperança é a garantia do Futuro de um Povo

O ideal de Simon Bolívar e de José Martí, de Libertação da América Latina, se expressa na proposta da integração Latino Americana, da identidade de todo o povo diante da espoliação imperialista. É a anúncio de uma política revolucionária, de autonomia e liberdade, de um povo marcado por séculos de expropriação.

Nas primeiras décadas do século XX, a ideologia da civilização como signo representativo do povo europeu e norte americano, em contraposição a barbárie latino americana, consolidou a expectativa da possibilidade da emancipação dos povos latino-americanos via a industrialização viabilizada pelos Estados Nacionais. Acreditava-se na perspectiva interna, dentro da cada nação, do desenvolvimento industrial, de uma América Latina estagnada pelo peso da atividade agrícola tradicional. Desta forma a inserção das relações de trabalho e de produção na estrutura produtiva capitalista foi garantida pelos Estados Nacionais.

O êxodo do campo para as metrópoles garantia a alta exploração do trabalho, baixos salários, mais lucro. Os bolsões de pobreza e miséria nas grandes metrópoles latino-americanas e a organização sindical favoreceram intensivas greves reivindicatórias e a tomada do poder como no caso do Governo Allende no Chile.

Enquanto o Estado ampliava políticas transitórias assistencialistas para minimizar os conflitos, o avanço da luta contra a exploração foi contido com as ditaduras militares nos diversos países latino-americanos.

Durante o período das ditaduras, o Estado militarizado possibilitou a

expansão das transnacionais e consequentemente, a concentração do lucro do capital privado, através do arrocho salarial e da intensificação da jornada de trabalho. Paralelamente possibilitou o super-acumulo do lucro via o endividamento interno e externo.



O Estado funciona como empresário garantindo a sobrevivência das empresas privadas. Atendendo aos interesses das classes dominantes, garante as perdas dos direitos trabalhistas, e em nome da flexibilização do trabalho, do trabalho temporário, sem garantias de permanência, regulamenta a super-acumulação do capital de forma sangrenta, com o aumento da jornada do trabalho e da intensificação do trabalho. Não apenas o tempo do trabalho, mas também o tempo livre passa a ser regulado pelo capital. Os trabalhadores e os sem-trabalho tornam-se cada vez mais coisas.

A política econômica possibilita a elevação das taxas de lucro do capital imperialista, via ação dos trustes e cartéis, de capital

fortemente concentrado, através de fusões de empresas, que buscam o controle do continente na imposição de fortes pressões políticas externas, favorecido pelo aliciamento do Estado que garante a privatização das políticas sociais e a flexibilização do trabalho.

Com a informatização da produção e consequentemente a alta taxa de desemprego, cabe na divisão do trabalho à América Latina, a condição de permanência de exportador primário, assegurando a reprodução do lucro em uma área de baixos salários, e de achatamento salarial.

A ganância desesperada pelo aumento intensivo do lucro move o capital no esforço permanente de superação das barreiras espaciais. A América Latina é o grande alvo de novas áreas de exploração, dos seus recursos naturais. Geopoliticamente o Haiti e a República Dominicana já se constituem áreas estratégicas de agressão e controle, focos de interesse do projeto de economia armamentista, sob o comando do governo norte americano, na operação contra a Venezuela (Hugo Chavez) e Cuba (Fidel).

Neste sentido é fundamental o entendimento que não há emancipação, sem autonomia, sem liberdade. E a libertação só será possível quando eliminadas as forças mediadoras do capital.

Há a necessidade de mudança, de esperança da libertação, não como projeto de emancipação via capitalismo, através de políticas assistencialistas sob a égide das instituições financeiras mascaradas do FMI, do Banco Mundial. Mas pela luta revolucionária para o socialismo.

NESTA EDIÇÃO:

Argentina: um novo caminho frente ao FMI? - pág. 2

Bolívia: a nacionalização dos hidrocarbonetos - pág. 3

Haiti: Forças "da paz" brasileiras disparam sobre os pobres - pág. 3

México: Eleições e perspectivas - pág. 4

Argentina: um novo caminho frente ao FMI?¹

A renegociação da dívida externa de Kirchner, em março de 2005, vem sendo veiculada, desde então, como uma opção senão para a política social, pelo menos em termos de política externa ou de uma nova maneira de se lidar com as contas externas. No entanto, esse tipo de avaliação não apenas pode ser questionado como, por outro lado, já aparecem sinais de que o governo Kirchner travou uma renegociação que não favorece à economia argentina e ao seu povo.

Quando Kirchner renegociou a dívida, Bresser Pereira chegou a falar em “grande vitória da Argentina e grande derrota do FMI”. e economistas mais críticos à economia capitalista do que Bresser, como C.Eduardo Carvalho, falam no “maior calote de que se tem registro”. É mais ou menos como se Kirchner tivesse apontado uma alternativa ou um caminho ao impasse do círculo vicioso da dívida externa e ainda por cima de uma forma pacífica, sem solavancos ou rupturas com a chamada comunidade financeira internacional.

É verdade que a moratória Argentina decretada em dezembro de 2001 e a renegociação subsequente, lograda por Kirchner e aceita por Washington, representam uma *novidade* em termos latino-americanos recentes. Houve conflito de interesses, especialmente com os credores menores. Entretanto, a chamada reestruturação da dívida mais esconde do que revela, em termos econômicos. Em primeiro lugar, para pactuar a reestruturação, o Estado argentino se comprometeu a um superávit primário de 4% por vinte anos e se comprometeu a aumentar as tarifas públicas e promover cortes em despesas sociais. Considerando-se o perfil da economia da Argentina de Kirchner, o acordo reforça, consolida e aprofunda o modelo agro-exportador às custas do mercado interno e reforça os cortes de gastos públicos em serviços sociais essenciais como educação e saúde, o que conduz a um achatamento ainda maior do consumo do mercado local.

Através da reestruturação, a Argentina assume, decididamente, um papel de neo-colônia, de gerador de dólares para pagar dívida, consolida seu papel de grande exportador de grãos e de petróleo - o que não representa propriamente um progresso - depois de ter privatizado seus serviços essenciais e o principal de sua riqueza (toda a política privativista foi preservada por Kirchner). Ao mesmo tempo, a dívida passa a corresponder a uma parte *maior* ainda do PIB: de 57% passa a 85% do PIB, uma proporção bem mais vantajada que a brasileira, por exemplo.

No final de contas, quando aquela reestruturação é examinada de perto, novas contradições aparecem, contradições que só reforçam um caráter de propaganda enganosa em quase todo o discurso da mídia amestrada

que incensa Kirchner como um ‘novo caminho’ para a América Latina.

Em segundo lugar, grande parte dessa dívida que estava em moratória e que teve seu valor nominal reduzido, se refere a pequenos poupadores, em sua maioria italianos aposentados ou pequenos investidores fora dos Estados Unidos e na própria Argentina, que compravam papéis da dívida externa argentina através dos seus bancos, esperando fazer crescer sua poupança; ao final, esses poupadores se deram mal e há varias matérias na imprensa onde essa parte da classe média põe a boca no trombone

(eles representam *quase metade* da dívida que não será reembolsada integralmente por Kirchner embora seus operadores de risco irão continuar recebendo juros altos por essa dívida pós-deságio). Sem falar que, desde a moratória de 2001, mais de 27 bi de dólares já levantou vôo do país. Ou seja, não se pode esquecer, em qualquer análise, que os grandes credores já se *anteciparam* a qualquer perda a qualquer transformação do seu ‘crédito’ em papéis podres.

Kirchner quer continuar no sistema, já mostrou isso, e ao hipotecar a economia Argentina (comprometendo-se ao superávit, aos juros altos, etc), ele está, de fato, pactuando com um sistema que é capaz de suportar as ‘pressões de Kirchner’, ou suas bravatas políticas *desde que* obtenha, em troca, as vantagens concretas, decisivas que, no caso, o capital financeiro terminou obtendo. Principalmente quando os credores sabem que se trata de um país que ameaçou, com os movimentos piqueteiros de dezembro de 2001, fugir totalmente ao controle político e econômico dos Estados Unidos e, ainda por cima dentro de uma conjuntura política latino-americana particularmente *caliente*, onde uma Argentina em chamas serviria de *mau* exemplo para o resto do continente.

É no seio desse processo que se insere tanto a margem de manobra de um governo que renegociou a dívida sem mudar o essencial, sem romper com a jaula de ferro dos juros e do ciclo de crescimento incessante da dívida. Estamos em 2006: a dívida externa argentina retoma seu crescimento na medida em que o governo terá que buscar dólares lá fora para cobrir um serviço da dívida que nem todo o esforço gerador de divisas da economia argentina consegue dar conta. Estamos diante de um “modelo” obsoleto e falido: o capitalismo periférico. Nesse sistema, a classe dominante simplesmente não apresenta e não tem programa para incluir os 17 milhões de expulsos do sistema e a sociedade argentina continua em compasso de espera na Ponte Pueyrredón (tradicional ponto de parada dos movimentos piqueteiros): o país continua reunindo as condições para novas explosões sociais.



A DEPAUPERAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

A transferência líquida de recursos da América Latina para o exterior subiu para 77,82 mil milhões de dólares em 2004, informa a Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina. Em 2003 este montante fora de US\$34,38 mil milhões; em 2002 de US\$40,98 mil milhões; e em 2001 de US\$2,89 mil milhões.

BOLÍVIA: A NACIONALIZAÇÃO DOS HIDROCARBONETOS²

Evo Morales assumiu a presidência com a promessa de cumprir as demandas dos movimentos sociais e com o objetivo de "refundar" a Bolívia. Sua promessa foi a de construir um país mais inclusivo e equilibrado, um país para "todos os bolivianos", sem revanche ou perseguições. Isto por si só já foi algo revolucionário, se considerarmos que até pouco tempo (não mais do que 15 anos) os indígenas não podiam sequer ter acesso livre às zonas centrais de La Paz. Agora, por que o tema de hidrocarbonetos é tão importante para os bolivianos? Basicamente porque não são idiotas e sabem que esta é uma das maiores riquezas que o país tem e que se bem administrada pode gerar recursos para um país ainda relativamente administrável, com seus cerca de 8,5 milhões de habitantes. E por que nacionalizar? Porque a experiência histórica demonstra que a conjunção de governos corruptos com transnacionais ávidas por lucro rápido e certo resultou em muito poucos recursos realmente sendo investidos em favor da população. Com todo este contexto em mente, arrisco algumas opiniões sobre o processo de nacionalização dos hidrocarbonetos: 1. Evo foi eleito com esta plataforma e nunca disse concretamente que não a cumpriria. A discussão era sobre seu alcance, mas dadas as suas vinculações com os movimentos sociais que o levaram ao poder, realmente não se poderia esperar menos do que ele fez. 2. Ele foi muito inteligente porque por um lado deu um sinal claro a tantos quantos o apóiam de que estava cumprindo com a sua promessa. Ao mesmo tempo abriu um prazo de 180 dias que lhe permite negociar os termos concretos desta nacionalização com as empresas interessadas. 3. Seu timing foi perfeito: O anúncio foi feito em uma data

simbólica (o Dia do Trabalhador), da Repsol, as jazidas que explora no país são praticamente as únicas que a empresa maneja em nível mundial e ela simplesmente não pode abrir mão do negócio de uma hora para a outra. 7. Mas o decreto de nacionalização foi inteligente ao não aumentar muito a pressão sobre as empresas de porte médio, cujo aporte ao estado boliviano vai aumentar pouco (dos atuais 50% para 60%). Ou seja, o mais provável é que estas empresas fiquem quietas para não chamar muito a atenção sobre si. Dividir para conquistar. 8. O uso do exército e da polícia pode parecer exagerado, mas se explica pelo contexto histórico boliviano. Ambas forças sempre foram usadas pelos governos de turno para reprimir as manifestações populares. Lembremos que foi o exército o responsável pelo massacre de El Alto em 2003. Dar-lhes a importante missão de garantir a ocupação territorial das jazidas de gás e petróleo significou envolver-lhes neste momento histórico. Evo destacou este fato diversas vezes em seus discursos, quando dizia que pela primeira vez na história da Bolívia ambas forças estavam mobilizadas para proteger os interesses do povo boliviano e não das transnacionais. 9. A nacionalização tem de ser vista como um processo mais amplo e não como o capricho de um presidente "índio" de esquerda de um país de bananas, como alguns analistas e parte da mídia vêm tentando pintar. É parte de um processo histórico muito mais amplo do qual Evo Morales é líder e refém. Ele simplesmente não pode trair a vontade da imensa população que o pôs no poder. E eu ouvi de muita gente comum, em diversas partes do país a mesma coisa: que confiam em que Evo cumprirá sua promessa de construir um novo país, mas que se ele falhar não pensarão duas vezes em ir para as ruas fazer valer suas vontades.



5. O assim chamado "radicalismo" da nacionalização não quer dizer muito para os bolivianos. Na verdade, grande parte da população não esperava menos do que isso. Simplesmente eles não têm nada a perder, já que nunca tiveram nada. As pressões econômicas e políticas que governos ou empresas possam fazer contra a Bolívia somente vão resultar em mais apoio popular a Evo Morales e a seu governo. 6. A Petrobrás e a Repsol YPF, as principais atingidas, vão acabar negociando com o governo boliviano. No caso da primeira a razão é que o Brasil não pode prescindir do gás que vem da Bolívia e mesmo que invista mais em obter fontes próprias, isso ainda vai levar alguns anos. No caso

Haiti: Forças "da paz" brasileiras disparam sobre os pobres³

Os soldados ignoraram os estrangeiros, que filmavam e fotografavam o incidente com a esperança de que a sua presença pudesse impedir um assalto em grande escala sobre as pessoas. Um dos brasileiros que disparava fez sinais aos estrangeiros para que se afastassem a fim de que pudesse continuar a disparar em direção à rua. "Vimos uma igreja, um centro médico e uma escola que haviam sido completamente devastados por explosões e não estavam em condições de tornar a funcionar", disse um dos estrangeiros. Nesse dia houve um morto e novo feridos. Mas, tendo abandonado a zona de imediato, como era recomendável por razões de segurança, os estrangeiros não puderam corroborar estes números de forma independente.



Sao Paulo, Rio ou Aracaju? NAO.
Sao os brasileiros no Haiti!

Os textos das páginas 2, 3 e 4 desta edição do SPARTAKUS foram escritos a partir de

¹ Gilson Dantas (Kirchner; um novo caminho frente ao garrote do FMI?); ² Renato (blog Tordesilhas.net e está viajando pela Bolívia).

³ Judith Scherr (Jornalista de San Francisco, EUA, em resistir.info); ⁴ José C. Valenzuela Feijóo (O México descobre a luta de classes: eleições e perspectivas econômico-sociais, em resistir.info); ⁵ Michael Albert (Chávez, o diabo, Chomsky e os EUA, em resistir.info)

